

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

primeira edição do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo. No Instagram, por exemplo, houve um aumento de quase 6 mil seguidores em comparação com o ano de 2022, seguidores estes que chegaram de forma orgânica, sem nenhum impulsionamento pago realizado. Os números dos seguidores nas redes sociais da EMTU/SP em 2023 são: Instagram - 22,8 mil seguidores, um aumento de 33,6% sobre 2022, Twitter - 65.117 seguidores, Facebook - 40 mil seguidores, YouTube - 4,32 mil inscritos, um aumento de 17,2% sobre 2022 e LinkedIn - 11 mil seguidores. Em 2023 também foi iniciada uma conta no TikTok que já possui 864 seguidores.

Em dezembro, a EMTU subiu no pódio do Prêmio Secom Trends, organizado pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo. O vídeo "EMTUween - Atitudes que assombaram no ônibus" ficou em terceiro lugar dentre as publicações que se destacaram nas redes sociais dos órgãos do governo.

Palavra-chave e Canal de comunicação com atualização diária onde os clientes buscam informações que facilitam os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Em 2023, o site da EMTU recebeu o acesso de 2,6 milhões de usuários e 62,1 milhões de visualizações. **Aplicativo** - Com o aplicativo "EMTU Oficial" (Android e iOS), os passageiros do Sistema de Transporte Metropolitano podem consultar o itinerário e a localização dos ônibus intermunicipais. As principais funcionalidades do sistema possibilitam conferir as linhas gerenciadas pela EMTU/SP e sua operação em tempo real, como rotas, valor de tarifa, tempo estimado de percurso etc. Apenas em 2023, foram realizadas 512 mil downloads, sendo mais de 4 milhões desde a sua criação.

Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

Comunicação com Usuários - Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, tokens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

Atendimento via WhatsApp - Assim como ocorria com o Cartão BOM desde 2020, os passageiros desatendem intermunicipais da RMS/SP gerenciadas pela EMTU/SP permanecem contendo com o atendimento via WhatsApp referente ao Cartão TOP e a compra de bilhetes digitais também. O autoatendimento pode ser realizado durante 24h por dia. Outros atendimentos podem ser realizados todos os dias, exceto feriados, das 05h às 24h.

2.7. MEIO AMBIENTE

Acompanhamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano - O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental das garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAG - Transporte Sustentável e Qualidade de vida no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado entre a EMTU/SP e a ANTP. As análises tiveram início em 2022 e como resultado foi gerado relatório colaborativo para a empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização de seu desempenho ambiental, buscando melhorar a eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Durante em 2023, houve melhoria dos processos internos referentes à avaliação das garagens, por meio do desenvolvimento de um aplicativo de coleta de dados. O sistema desenvolvido pela EMTU/SP é utilizado pela NEXT para preenchimento das informações, agilizando e aumentando o nível de confiança da análise de desempenho ambiental.

Programa Conscientizar - O programa "Conscientizar" avalia, por meio do equipamento Opacmetro, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e, tem por objetivo conscientizar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados, a manutenção adequada do uso de combustível e da boa procedência, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente.

A EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel - PMMVD da Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 2022, ficando autorizado a emitir Relatórios de Medição de Opacidade - RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frota e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB. Em 2023, foram realizadas 11.550 medições de opacidade - 2,3% a mais em relação à 2022, com uma aprovação de 59%.

Região Metropolitana	Inspecções	Índice de Aprovação
RMS/SP	6.701	49%
RMBS	1.234	91%
RMV	2.197	77%
RMVPLN	991	48%
RMS	427	78%
TOTAL	11.550	59%

Fonte: Gerências Regionais

2.8. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI) - Em 2023, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno - ACI, como parte do acompanhamento da Matriz de Riscos Corporativos (MRC) da EMTU/SP, realizou entrevistas em toda a empresa a fim de levantar não apenas a ocorrência de algum risco como também a aplicabilidade das ações indicadas no PAC e do PAP previstos. Paralelamente, a área revisou a MRC, resultando numa matriz mais concisa, identificando 6 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado de 2024.

Adequação à LGPD - Durante o ano de 2023 foram realizados encontros com as áreas da empresa que utilizam dados pessoais em suas tarefas.

O modelo aplicado para elaboração do Inventário de Dados Pessoais e Técnicos e demais materiais de análise e tabulação teve como piloto a área AES (Ligado). Foram sugeridas melhorias e propostas algumas soluções para

minimizar os riscos em relação à LGPD. O monitoramento das ações iniciou conforme a tabela abaixo.

Itens da Implantação	Área Envolvida	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaborar plano de conscientização/capacitação interna sobre a LGPD	GRH/ Gestor Ligado						
2. Política de mesa limpa	GMU/ Gestor Ligado						Em desenvolvimento
3. Elaborar plano de comunicação sobre a LGPD, como foco na sensibilização do público interno.	GAJ/GCS/ Gestor Ligado						Em desenvolvimento
4. Adequação contrato Operador Ligado	GAJ/GCS/ Gestor Ligado						Em desenvolvimento
5. Adequação contrato AME	AME						Em desenvolvimento

Recursos Humanos - Educação no Trabalho - A EMTU, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, iniciou em agosto de 2022 as inscrições e prova on-line para preenchimento de 62 novas vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. O processo de contratação foi encerrado em 29 de setembro. Em dezembro de 2023, constavam no quadro da empresa 36 estagiários de nível superior.

Aprendiz - 33 km de extensão do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CIEE e da RASC, no fim do ano de 2023, a empresa contava com dezto Aprendizes atuando em suas unidades.

Treinamento - Até o mês de dezembro de 2023, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 7.818 horas de treinamento, apresentando a média de 41,90 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 91.012,29 representando uma média por capita de R\$ 28,58. Os treinamentos tiveram enfoque na modalidade EAD destacando-se o significativo número de colaboradores que realizaram os cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP - a retomada aos treinamentos presenciais sob o tema Aprendizagem e funcionamento do dispositivo OPABOX (utilizado nas atividades de inspeção veicular) e a capacitação da Brigada de Incêndio, além dos treinamentos EAD desenvolvidos internamente sobre os temas Programa de Integridade, Código de Conduta e Integridade, que abrange toda a empresa, ambas na versão 2023 e do treinamento sobre Gestão de Riscos Corporativos.

3. AÇÕES DE METROPOLITANOS E VLT (em operação)

3.1. CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (Corredor ABD) (33 km) e Extensão Diadema-Brooklin (12 km) - O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista. Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. A EMTU/SP foi o Motorista do CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Com isso as 12 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atendem em média 5,8 milhões de passageiros por mês, ou mais de 250 mil pessoas diárias. Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está à cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Next Mobilidade) sob regime de Riscos Corporativos.

3.2. CORREDOR GUARULHOS-SP (TCURUVI) (12,3 km) - O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tcuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMS/SP. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração tarifária, os passageiros contam também com uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.

Trecho Vila Galvão-Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km) - O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação do plano de mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do trajeto. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP - Licença Ambiental Prévia e LI - Licença Ambiental de Instalação.

3.3. CORREDOR ITAPEVI - SP (22,7 km) - O trecho de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP começa na Estação de Transferência Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Aracaju/Capicuiba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

Trecho Itapevi - Jandira (5 km) - Este primeiro trecho do corredor entrou em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMS/SP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 - Diamante da CPTM, propiciando maior segurança aos passageiros. Esse trecho

do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km) - As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra Antônio João, Vitorino Fomazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco Km 21 (2,2 km) - Nesse trecho, o Terminal Metropolitano VLT Borlotusso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes deste trecho viário, e a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, foram iniciadas em 2022 após a liberação da área ocupada às margens da ferrovia por parte da prefeitura, e obtenção da Licença de Instalação (LI). A previsão para o término das obras do trecho está para 2024.

Trecho Osasco Km 21 - Terminal Vila Yara (divisa Osasco-SP) (6,7 km) - O primeiro contrato para obras nesse quarteiro trouxe contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021. O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao planejamento da Prefeitura Municipal de Osasco, e foi elaborado o Termo de Referência para a contratação das obras. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando a autorização para publicação. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e a Licença de Instalação só poderá ser solicitada após emissão das DUPS.

3.4. CORREDOR VEREADOR BILÉU SOARES (NOROESTE) (31,7 km) - Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 23,0 km já concluídos são de faixa exclusiva para ônibus. Campinas conta com 3,8 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, 1 Estação de Transferência e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmento e Baão do Tavares. Em Hortolândia, além dos 5,6 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e mais 1 Estação de Transferência Pinheiros. Esse trecho conta ainda com mais 0,6 km da ponte estaiada construída pela Prefeitura, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com 1 Estação de Transferência Km 101 - Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixa exclusiva e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano de Americana e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rododromal Santa Bárbara D'Oeste, a Estação de Transferência Pinheiros e 6,2 km de faixa exclusiva.

Trecho Osasco Americana-Santa Bárbara D'Oeste (24,3 km) - Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e a Estação de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro daquele ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste bem como ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização de trânsito. Com o sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledo, duas travessias em galerias nos Corregos Molion e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Juan Nicolini, em Nova Odessa.

Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (5,4 km) - Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antônia (Km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e entregues em 2021. As obras incluíram duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova Cunha e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada Il do Av. Lix da América, em Campinas.

3.5. VLT - SISTEMA BAIXADA SANTISTA - O Sistema de Integração de Transporte da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada "Complexo Gerardo Volpe" e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMS/SP.

Trecho Barreiros (Vila Vicente) - Porto (Santos) (11,5 km) - O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em Vila Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, atendendo diariamente cerca de 28 mil passageiros.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

Trecho Vila Vicente - Estação Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLTs e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações - CCO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 metros de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do CCO.

Trecho 2 Conselho Nêbias - Valongo (Santos) (8 km) - O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselho

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Expressa em R\$ mil)			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Operacional Líquido	20	149.304	159.700
Custo dos Serviços Prestados		(79.128)	(76.476)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		70.176	83.224
Depreciação e Amortização sobre Obras de Infraestrutura		(31.665)	(31.599)
Resultado Operacional Bruto		38.511	51.625
Receitas (Despesas) Operacionais Gerais e Administrativas	20	(16.410)	(15.786)
Provisão para Contingência	20	(15.101)	(21.057)
Outras Receitas Operacionais	18	9.548	4.734
Outras Despesas Operacionais	19	(10.290)	(5.487)
Variações Monetárias Passivas		(3.981)	(530)
Deixa de bens do Ativo Permanente		-	7
Receita da Doação de Bens Ativo Imobilizado		7	2
Indenizações	19	(5.083)	-
		(4.310)	(38.111)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(2.799)	13.508
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	9.897	4.244
Despesas Financeiras	21	(471)	(567)
Resultado Financeiro Líquido		9.426	3.677
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido			
Resultado e do Imposto de Renda		6.627	17.185
Imposto de Renda	10 a/b	-	(928)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações	10 b	-	(345)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		6.627	15.912
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações			0,01

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Expresso em R\$ mil)			
	31.12.2022	% 31.12.2022	%
RECEITAS	173.531		179.222
Vendas de Serviços	164.579		175.829
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.952		3.393
INSUMOS CONSUMIDOS	(12.274)		(8.804)
Custo dos Serviços Prestados	(18.956)		(19.251)
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	6.682		9.447
RETENÇÕES	(32.639)		(32.391)
Depreciação, Amortização e exaustão	(32.639)		(32.391)

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE			
Valor Adicionado Líquido	2023	2022	%
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.453	8.988	
Receitas Financeiras	19.453	8.988	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	148.071	146.015	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	148.071	146.015	
Imposto de Renda	38.239	66.38	67,921
Impostos, Taxas e Contribuições	30.457	20.57	33,475
Juros e Aluguéis	12.692	8,57	8,707
Prejuízo do Exercício	6.627	4,48	15,912

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

recolhidos por estimativa.

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE - O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

Demonstração de valor adicionado - A demonstração de valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificadas na categoria "a valor justo por meio de resultados financeiros", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.3. Ativos Financeiros - Os instrumentos financeiros são reconhecidos nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado
ii) ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo

Nêbias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselho Nêbias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. O Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

São mais 8 km de extensão, 12 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as demarcação de áreas com liberação das áreas em 2021. Em dezembro de 2023, as obras civis alcançaram 55,10%.

Trecho 3 Barreiros - Samaritã (São Vicente) (7,5 km) - Os projetos básicos desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o Pátio Santamaritã foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho. Em relação às licenças ambientais, em 30/12/2021 foi protocolado junto à CETESB o pedido para a emissão da LP - Licença Prévia. O projeto conta ainda com o reforço e ampliação da Ponte "A Tribuna", que liga a parte continental à insular de São Vicente, o processo para contratação das obras está em andamento, tendo a assinatura do contrato ocorrido em dezembro de 2023.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2023, as demonstrações financeiras e os fluxos de caixa demonstram que a EMTU/SP, apesar dos efeitos negativos ainda remanescentes da pandemia, mantém sua condição de empresa independente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

A empresa conseguiu equilibrar suas receitas e despesas mesmo com uma queda da demanda de passageiros atualmente com uma média de 83% do valor pré-pandemia, nas cinco regiões metropolitanas gerenciadas pela companhia.

O equilíbrio foi sustentado pela organização das contas, regularização de despesas e redução de despesas administrativas. Em dezembro de 2023, a EMTU iniciou e encerrou o ano de 2023 com disponibilidade de recursos próprios sem deixar de pagar todos os seus fornecedores regularmente. Cabe lembrar também que a empresa encerrou o ano sem nenhum passivo oneroso com nenhuma instituição bancária.

A empresa vem regularizando continuamente seus processos de registro de deprecição de ativos trazendo maior clareza e mais demonstrações financeiras da real situação econômica da empresa. O ano de 2023 fechou com lucro contábil, da mesma forma como ocorreu no fim de 2022, resultados coerentes com a situação de caixa equilibrado.

Outro evento importante ocorreu em dezembro de 2022 quando foi dada autorização para a regularização de 32 CNAEs da EMTU/SP, passando a empresa a ser classificada como uma empresa pública de utilidade pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública reguladora de atividade econômica. Tal ajuste dos CNAEs, regularizam institucionalmente as atribuições da companhia e geram outros benefícios, inclusive tributários.

Quase todos os 32 CNAEs foram regularizados com a previsão de concluir as demais alterações em 2024.

A apresentação do relatório está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos resultados que compõem o encerramento do exercício de 2023.

4.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023

Recitas Próprias / Despesas de Custeio - Em 2023 a EMTU, assim como todo o setor produtivo e de serviços, apresentou uma redução de despesas operacionais em relação ao período anterior, sendo os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores e a manutenção dos recursos necessários para a aquisição de equipamentos e o ano de 2023 como saldo disponível de recursos próprios equilibrado.

Investimentos - Realizado 2023 - Os Investimentos orçados para 2023 contaram com uma dotação disponível de recursos de R\$ 208,2 milhões referentes à LOA 2023 (nº 17.614, de 20/12/2022), e R



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), tendo os efeitos fiscais (Nota Explicativa nº 7).

O custo líquido gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

3.6 Intangível
Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturados. O ativo intangível adquirido pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseada nestas vidas úteis e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos a 70 anos.

3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis - Impairment
Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perda provável.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional, a fim de gerar receitas, no total de R\$ 68.073 (R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 12. Tal passivo contingente atrelado a ações judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não é considerado provisionado; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

3.8 Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor à fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.
Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

a) Ativos contingentes
Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes
A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas civis, trabalhistas e tributárias, conforme estimo de perda, no total de R\$ 68.073 (R\$ 116.878 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 12. Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não é considerado provisionado; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

3.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido
O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente
Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Retenção (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com tributos no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima provisão de lucros tributáveis futuros.

3.11 Remuneração e encargos sociais
Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

O passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13 Recoltes de contratos com clientes
A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.14 Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

3.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes
A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados. As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo
A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis
A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil

definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento interno e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, civis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação. Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativa, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários.

3.16 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal
É a vedação às pessoas físicas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos unas das outras, estendendo esta exoneração tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a jurisdição estendendo o benefício às empresas públicas em razão da natureza das atividades por elas desenvolvidas, quando tratar-se de atividades tipicamente de Estado - Leading Case RE1320054 - Tema 1140. A EMTU/SP realizou estudo para o aproveitamento da jurisdição do Supremo Tribunal Federal - STF, bem como obteve o reconhecimento administrativo da Imunidade Tributária Recíproca, disposta no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis de sua propriedade e/ou posse, situados nos Municípios de Caraguatuba, Hortolândia, Praia Grande e Sumaré.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e Bancos	2.037	2.077
Aplicações Financeiras	69.004	42.805
TOTAL	71.041	44.882

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Não Circulante		
Circulante		
Não Circulante		

Secretaria dos Transportes Metropolitanos (a)

	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.096	303
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	17.323	14.113
Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô	3.080	-
Ressarcimento de Despesas	26.328	26.420
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1	39
Monitoramento	188	188
Auto de Infração e Sanção de Multa	340	323
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema	1.362	1.136
Outros Créditos	5.015	187
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos (d)	(29.041)	(490)
TOTAL	45.444	41.435

a) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamento a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 25 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 do mês de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 850 (R\$ 952 em 2022). Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023 (Sênior) R\$ 9.821, o valor de R\$ 181, refere-se a reembolso de despesas, totalizando R\$ 10.852.

b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 - Programa Lígado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais às escolas, a Companhia realizou sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes às funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A, (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

c) Sistema Metropolitan de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitan de Troleibus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação das instalações do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes às funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A, (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

d) Companhia mantendo contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 29.531 (R\$ 22.939 em 2022). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente aqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

A partir do mês de julho/2023, com o objetivo de garantir a liquidez, os títulos a receber foram avaliados mensalmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência por parte de 180 (cento e oitenta) dívidas, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de recebimento de 180 (cento e oitenta) dívidas.

5.1 ESTIMATIVA PARA PERDAS ESPERADAS
A estimativa para perdas esperadas é constituída a partir da abordagem simplificada na análise da inadimplência histórica, considerando as evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade na realização de cobranças ao devedor. Nesse contexto, a estimativa para perdas constituída no montante de R\$ 22.939 em 31/12/2022 foi ajustada para R\$ 29.531 em 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição do passivo a receber de acordo com a idade de vencimento dos títulos é assim apresentada:

	31.12.2023	31.12.2022
Descrição	Circulante	Não Circulante
Vencido a mais de 180 dias (a)	28.551	490
Vencido de 121 a 180 dias	1.638	-
Vencido de 91 a 120 dias	473	-
Vencido de 61 a 90 dias	698	-
Vencidos de 31 a 60 dias	605	-
Vencidos até 30 dias	4.380	-
A vencer	38.240	-
SALDO EM 31.12.2023	74.585	490

Até 30 de junho de 2023, a Companhia registrava para fins de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa os valores vencidos há mais de 180 (cento e oitenta dias) e que fossem previstos para dedução para fins de IRPJ e CSLL de acordo com os critérios previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99. A partir de julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

6. DEPOSITOS JUDICIAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho.	1.114	946
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais.	783	730
TOTAL	1.897	1.676

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

dos bens transferidos.

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados - Impairment Test
De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em vigor, a "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados tão superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do valor contábil a seu valor de recuperação.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de prestação de demonstrações.

Por serem investimentos que têm finalidade social, a Administração da Com-

panhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis em 31 de dezembro de 2023.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados da Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, consequentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a

8. INTANGÍVEL

	31.12.2023	2022
Sistemas de Processamento de Dados	20%	
Marcas e Patentes	-	
Projetos e Desenvolvimento Sistema Troleibus	5%	
Projeto de sistema de Processamento	20%	
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	
TOTAL	1.126.462	(280.924)

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem consideradas, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Intangível de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 04, o qual aborda o assunto do ativo intangível e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia, foram alterados e, consequentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve evidências que determinasse a necessidade de revisão das vidas úteis dos bens registrados no Ativo Intangível.

9. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Não Circulante		
Circulante		
Não Circulante		

Secretaria da Receita Federal - Refis

	31.12.2023	31.12.2022
CMT	377	502
Serviço Especial - Ligado	16.596	13.521
Remição/Ligado RTO/Sênior	832	584
Programa Passe Livre	11.014	2.684
Porto Seguro	1.912	1.474
TB Serv. Transp. Limp.	669	833
Noxton	-	238
Ame	330	255
Metra Sistema Metropolitan	-	3
Benner	35	28
Sodexo	-	-
Ticket	146	148
Requillibro	664	-
Outros	6.684	336
TOTAL	38.959	336

Os montantes divulgados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perda provável.

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2023	31.12.2022
Salários e ordenados a pagar	1.914	1.881
Pensão alimentícia a pagar	31	21
Honorários diretoria e conselhos a pagar	169	114
Rescisões trabalhistas a pagar	51	23
INSS a recolher	1.591	1.812
FGTS a recolher	681	626
Mensalidade sindical a pagar	3	2
Verba de sucumbência a pagar	24	27
Emprestimo consignado a pagar	157	134
Obrigações Trabalhistas	4.621	4.640
IRRF a recolher	2.321	2.109
ISS retido na fonte a recolher	653	177
Pasep a pagar	217	187
Cofins a pagar	1.005	869
INSS retido na fonte a recolher	699	264
Pls/Cofins/CSLL retidos a recolher	235	179
Obrigações Fiscais	5.130	3.785
TOTAL	9.751	8.425

a) Imunidade Tributária
Em 23 de agosto de 2022 a Administração da EMTU/SP por meio dos seus assessores jurídicos impetrou Ação Cível de Procedimento Comum contra a União Federal - Fazenda Nacional, na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo (AÇÃO DECLARATORIA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDENIZADO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAAR) objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no seu entendimento consolidado em relação à imunidade econômica mista, delegatária de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação de serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021. Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ e à CSLL com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajustamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é de no montante de R\$ 3.200.

Em 19 de outubro de 2022 a União Federal - Fazenda Nacional apresentou contestação ao pleito, requerendo a improcedência com a sua condenação no pagamento de custas e honorários advocatícios, sendo que em 26 de outubro de 2022 houve decisão desfavorável à EMTU/SP em relação à concessão de tutela antecipada, inquirindo às partes a manifestação quanto ao interesse na produção de provas.

b)



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prorrogamento técnico CPC 40 (R1). Para estes casos a divulgação de valor justo não são exigidas.
1. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos. Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos identificados aos saldos contábeis.
Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.
Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar.
Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos identificados aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.
Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito.
- Risco de Liquidez - é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS, a dívida relacionada ao ICMS sobre tração e as obrigações decorrentes do Projeto PNUD - Ônibus a Célula de Hidrogênio, são exigíveis em curto prazo.
- Risco de Crédito - decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, atualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.
- Risco de taxa de juros - a Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 256.655.104.964 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 31.12.2023 o valor de R\$ 2.566.551 (R\$ 2.408.993 em 2022), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.
b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível. Sendo que após a contabilização, o saldo vem sofrendo amortização periódica, e em

de dezembro de 2023 o saldo registrado na rubrica era de R\$ 176.811.
c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2023, a rubrica mantida registrado o montante de R\$ 331.322 (R\$ 308.266 em 31.12.2022) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista mantido em razão do Estado de São Paulo.
d) Lucro (prejuízo) por ação - O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.
e) Destinação do resultado e dividendos - O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).
15. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)
Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos valores são estimados suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2023, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:
Valores a Receber
Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.
Gratuidade - Secretaria dos Transportes Metropolitanos
Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 26 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).
Em 2020, por meio do Decreto Nº 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e do Decreto Nº 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.
Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.
Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.
Em 2020, por meio do Decreto Nº 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e do Decreto Nº 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.
Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.
Em 2020, por meio do Decreto Nº 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e do Decreto Nº 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.

BALANÇO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	31.12.2023	31.12.2022
Treinamento de Primeiros Socorros	61	15
Treinamento de Combate a Incêndio	61	15
Número de Acidente de Trabalho	6	4
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS	1.040	249

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE
A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.
MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL
A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatização sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal agil, acessível e seguro. Mais do que apenas busca a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimula iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

	31.12.2023	31.12.2022
Receita Líquida (RL)	149.304	159.700
Resultado Operacional (RO)	38.511	51.625
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	83.759	82.081

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor (R\$ mil)	sobre RO	sobre RL	Valor (R\$ mil)	sobre RO	sobre RL
Alimentação	5.682	6,78	3,81	5.419	6,60	3,39
Encargos Sociais Compulsórios	17.426	20,80	11,67	18.441	22,47	11,55
Saúde	20.074	23,97	13,44	15.928	19,41	9,97
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	152	0,18	0,10	43	0,05	0,03
Auxílio Creche	123	0,15	0,08	137	0,17	0,09
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	53	0,06	0,04	34	0,04	0,02
Outros	441	0,53	0,30	366	0,45	0,23
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	43.951			40.368		

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor (R\$ mil)	sobre RO	sobre RL	Valor (R\$ mil)	sobre RO	sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES	2.671	6,94	1,79	2.294	4,44	1,44
Serv. Especial Ligado - SEE	921	2,50	0,64	626	1,21	0,39
Outros	320	0,83	0,21	366	0,71	0,23
Total das contribuições para a sociedade	3.952	10,26	2,65	3.286	6,37	2,06
Tributos (excluídos encargos sociais)	17.244			18.728		
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	21.196			22.014		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE
A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando o uso/gerenciando projetos que levem à redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Outros procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (NBC T 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de auditoria para obter auditoria razoável das informações.
Um trabalho de auditoria razoável conduzido de acordo com a NBC T 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2023, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.
Os procedimentos aplicados compreendem:
a) planejamento de trabalho de auditoria considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2023.
b) entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham

PARER DO CONSELHO FISCAL

Social. Baseados nesse exame, em análises predadas periodicamente nos balanços e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis em 2024. Eventuais efeitos nas demonstrações financeiras ainda não podem ser identificados e mensurados.
4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES
O Comitê se reuniu com os auditores independentes, em agenda previamente definida para a discussão dos principais procedimentos contábeis utilizados pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anual, bem como, sobre o atendimento ao escopo do trabalho, das normas profissionais vigentes, dos sistemas de controles internos e da qualidade das demonstrações financeiras. Os assuntos identificados e as respectivas recomendações são registrados em atas e nos relatórios emitidos. A firma Bazzaneze Auditores Independentes S/S prestou os serviços de auditoria para o exercício de 2023. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer fato que pudesse comprometer a independência, a integridade e a qualidade dos trabalhos de auditoria independente.
5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INTERNOS
A função de auditoria interna da Companhia desempenhada conforme o PAINT 2023 e se comprova efetiva e eficiente nas atribuições previstas nas leis e no Estatuto Social. Os resultados dos trabalhos da AUD estão evidenciados nos relatórios específicos e no Relatório Anual (RAINT 2023), conforme apresentado no Conselho de Administração. Destaca-se ainda que a AUD vem realizando iniciativas para disseminação da cultura de auditoria interna como proteção e criação de valor envolvendo toda a Companhia e que reconheceu pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
O Comitê analisou os principais procedimentos que envolvem o processo

CONSELHO FISCAL	
Membros:	
André Isper Rodrigues Barnabé	Bety Tichauer
Fabrizio Moura Moreira	Hélio Fúrio Kubata
Roberta Campedelli Ambrós Gonçalves	
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador:	
André de Araújo Souza	
Membros:	
Carlos Henrique Lacativa	Leandro Toshiko Matsuko
Moacir Vieira Serodio Filho	

realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.
Remuneração da Administração
A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida em acordo com as diretrizes do Estatuto do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, e está limitada à remuneração do Governador do Estado.
A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.
A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.
Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.
Convênio SEC - Serviço Especial Convênio - LICADO
Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	149.304	159.700
Receita com taxas e tarifas - operação do sistema e Trólebus	15.305	17.854
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão - Regiões Metropolitanas	30.195	29.356
Gerenciamento e Multa - Concessão	113.656	111.684
Receitas com locação e sublocação de imóveis	2.444	12.272
Carteira Transporte Escolar Metropolitanano	2.683	2.886
Receitas diversas	295	1.776
SUBTOTAL	164.578	175.828
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta ⁽¹⁾	(15.274)	(16.128)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	149.304	159.700

a) Incluir o montante de R\$ 2.713 (R\$ 2.876 em 2022) e R\$ 12.561 (R\$ 13.252 em 2022), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e ao COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.
18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Do montante de R\$ 9.548 registrado em 2023 (R\$ 4.734 em 2022) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R\$ 5.231 (R\$ 4.581 em 2022) se refere ao ressarcimento de gastos com terminais, e R\$ 4.292 por multas contratuais.
19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS/INDEVIDAÇÃO
Do montante de R\$ 10.290 registrado em 2023 (R\$ 5.487 em 2022), conta-

bilizado como Outras Despesas Operacionais, R\$ 8.952 (R\$ 4.852 em 2022) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor de R\$ 5.083 - indenizações, refere-se ao repasse de receitas acessórias (locação e condomínio) nos terminais metropolitanos para a empresa ABC Sistema de Transporte SPE S/A, conforme parecer CAJ-045-2023 - TCU nº 002/2020.

	31.12.2023	31.12.2022
DESPESAS GERAIS E DESPESAS POR NATUREZA		
CUSTOS E DEPRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	57.688	55.094
Materiais	249	212
Utilidades e serviços	20.203	20.269
Depreciação e amortização	32.188	32.090
Gastos gerais	465	410
SUBTOTAL	110.793	108.075
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	53.902	47.627
Materiais	238	237
Utilidades e serviços	10.574	9.640
Depreciação e amortização	450	301
Gastos gerais	50	94
Provisões contingenciais	(33.703)	(21.056)
SUBTOTAL	31.511	36.843
TOTAL	142.304	144.918

	31.12.2023	31.12.2022
21. RESULTADO FINANCEIRO		
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	6.172	3.565
Descontos e abatimentos	4	97
Juros e encargos ativos	3.721	582
SUBTOTAL	9.897	4.244
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(459)	(457)
Encargos por atraso e IOF	(12)	(110)
SUBTOTAL	(471)	(567)
TOTAL	9.426	3.677

22. EVENTOS SUBSEQUENTES
Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de fevereiro de 2024.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.
Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.
O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra a valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.
A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto - PIB do país.
Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrando este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.
COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS
Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

	31.12.2023	31.12.2022		
INDICADORES DE TREINAMENTO				
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	Participantes	Homem/Hora	Participantes	Homem/Hora
Integração	47	300	66	1.14
Aperfeiçoamento Profissional	19	24,74	52	35,15
Especialização e Atualização	698	8,58	808	2,66
Capacitação e Reciclagem	221	5,45	379	1,50
Eventos	2.199	0,15	1.400	0,26
TOTAL - INDICADORES DE TREINAMENTO	3.184		2.705	

	31.12.2023	31.12.2022
INDICADORES DE TREINAMENTO		
Número de Cursos	20	23
Empregados Treinados	3.184	2.705
Homens / Horas	41,92	40,71
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	91	17

	31.12.2023	31.12.2022		
INDICADORES SOCIAIS				
NATUREZA DE ATENDIMENTO	Empregados	Não Empregados	Empregados	Não Empregados
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	531		462	
Exame Admissional	9	-	11	-
Exame Demissional	22	-	7	-
Exame Periódico	450	-	444	-
Atendimento Ambulatorial	58	-	-	-
SERVIÇO SOCIAL	20		29	
Licença Maternidade	1	-	1	-
Licença Paternidade	1	-	3	-
Visita Social / Assistencial	7	-	2	-
Auxílio-Doença	8	-	12	-
Retorno ao Trabalho	4	-	6	-
Nascimentos	2	-	4	-
Falecimentos	2	20	1	14
Apoio - atendimento interno e externo	3	-	-	-
QUALIDADE DE VIDA	277	190	571	210
Vacinação antigripal	277	190	276	210
Palestra/Saúde/Ovt	-	-	295	-
SEGURANÇA DO TRABALHO	204	39	61	
SIPAT	35	9	57	-
CIPA	41	-	-	-

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP São Bernardo do Campo - SP
Introdução
Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.
Responsabilidade da administração da EMTU/SP
A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de auditoria razoável conduzido de acordo com a NBC T 3000 (Trabalhos de Auditoria Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo

de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Outros procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (NBC T 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de auditoria para obter auditoria razoável das informações.
Um trabalho de auditoria razoável conduzido de acordo com a NBC T 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2023, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.
Os procedimentos aplicados compreendem:
a) planejamento de trabalho de auditoria considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2023.
b) entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações.

c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2023; e
d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.
Os trabalhos de auditoria razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social de 2023 da EMTU/SP.
Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.
A alcance e limitações
Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2023 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade. Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.
Conclusão
Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram compiladas, em todos



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que possuem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas nº 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.346.245 mil (R\$ 2.205.967 mil em 2022) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos, correspondentes à 95,07% (96,04% em 2022) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com os saldos contábeis; e iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa nº 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 88.073 sendo R\$ 9.921 registrado no passivo circulante e R\$ 78.152 no passivo circulante (R\$ 116.878 em 2022), representados por R\$ 3.332 (R\$ 1.421 em 2022) referente a ações trabalhistas e R\$ 84.741 (R\$ 115.457 em 2021) referente a ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, principalmente relacionadas a ações trabalhistas.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar,

foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 08 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparente estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas re-

levantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Bernardo - SP, 09 de fevereiro de 2024.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 3.942/O-6

CVM Nº 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila

Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ

CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze

Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0

CNAI Nº 6254

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>